

UNIREDE: uma proposta para o ensino público a distância no Brasil e as ações no Estado de Sergipe

(UNIREDE: a proposition for Brazil's long-distance public education and the actions taken in the State of Sergipe)

Anicleide Pereira da Silva, Tiago Nery Ribeiro e Henrique Nou Schneider

Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 49.100-000, São Cristóvão, SE, Brasil.

ani@anicleide.com.br, tnribeiro@terra.com.br e hns@terra.com.br

(Recebido em 02 de outubro de 2006; aceito em 17 de novembro 2006)

Este artigo descreve a experiência de implantação da política pública de educação a distância (EaD) do consórcio UniRede em nível nacional e, em particular, no Estado de Sergipe, objetivando analisar as ações provenientes deste programa e como este induz a novos rumos das políticas públicas de ensino à distância. A UniRede é um consórcio de várias Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), que tem como finalidade, de acordo com o Termo de Adesão que a criou, "potencializar o acesso ao ensino público universitário, bem como contribuir para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia, Arte e Cultura, em todos os seus níveis e modalidades praticadas nessas IPES", por meio da oferta de cursos que abrangem os níveis de graduação, pós-graduação, extensão e educação continuada à distância. Acredita-se que a criação de consórcios nacionais entre IPES, como o da UniRede, foco deste estudo, é um passo bem sucedido para a institucionalização e acessibilidade da EaD no país, tendo em vista que projetos como este sirvam de iniciativas ao estabelecimento de políticas públicas de fomento à EaD. Porém, durante o desenvolvimento deste estudo, percebeu-se a ausência de ações continuadas pela UniRede, seja em nível nacional ou regional, assim como da apresentação de resultados confiáveis sobre os programas implantados e desenvolvidos por este consórcio.

Palavras-chave: UniRede. Educação a Distância. Políticas públicas.

This article describes the experience of installing the Public Politics of Distance Education (DE) of the consortium UniRede in national level and, in particular, in the State of Sergipe. The main aim is to analyze the coming actions of this program and as it induces to new directions of the public politics with regard to distance teaching. UniRede is a consortium of several PIHE (Public Institutions of Higher Education), which has as purpose in agreement with the Adhesion Term that created it, "potentializing the access to the public university teaching, as well as to contribute for the teaching-learning process improvement towards Education, Science, Technology, Art and Culture areas in all its levels and modalities practiced in those PIHE", by means of offering courses which holds the graduation, masters degree, extension and extended education levels at distance. It is believed that the creation of a national consortium among PIHE as the one of UniRede, main aim of this study, is an important step for the institutionalization and accessibility of DE in the country, intending that projects as this serves as initiatives to the establishment of public politics of fomentation to DE. However, during this study development, it was noticed the absence of continued actions by UniRede such as in national or regional level, as well as of the presentation of reliable results on the implanted and developed programs by this consortium.

Key words: UniRede. Distance Education. Public politics.

1. INTRODUÇÃO

Os avanços da sociedade, no que cerca as novas tecnologias, a ciência e a economia, vêm provocando o rompimento de paradigmas e uma mudança radical de culturas nunca visto antes. E as mídias têm um papel fundamental em todo esse processo de estruturação de uma nova sociedade e nos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias.

E nesse crescente desenvolvimento da sociedade faz-se necessário uma transformação do processo ensino-aprendizagem, uma nova forma de produção, armazenamento e distribuição de conhecimento que rompa as barreiras do ensino tradicional. E neste aspecto a educação pressupõe a utilização de meios de comunicação social (as mídias). Quando os alunos e professores estão distantes, pelo menos uma tecnologia de comunicação é necessária para fazer o contato.

Há pouco tempo, utilizávamos o material impresso, programas em áudio, vídeo ou TV e rádio educativa como tecnologias disponíveis para produção de cursos, acesso a eles e interação entre os participantes. Pouco mais de uma década foi suficiente para que ocorresse modificação neste cenário. O uso da internet, das fibras óticas e dos satélites permite interagir à distância em tempo real cada vez com mais eficiência.

A integração entre computador, televisão e telecomunicações, aliada à redução dos custos e melhoria tecnológica dos microchips contribui para a utilização crescente desses meios, tanto nos locais de trabalho e estudo, como em casa. Aliás, se ampliam também as fontes de informação. Surgem a cada dia novas formas de comunicação e outras possibilidades de utilização das mídias já conhecidas. Tudo isso constitui uma boa razão para que o professor se mantenha informado, atualizado e consciente de que é fundamental incorporar os avanços tecnológicos em nossas ações educativas.

Porém, a utilização de novas tecnologias no processo de ensino aprendizagem exige novas formas de pensar. Um pensar de forma criativa e crítica, exigindo também novas formas de aprender e de aprender a aprender, reorganizando, assim, o processo educativo.

Entretanto, como gerar toda esta revolução do sistema social se, por exemplo, o país comporta um número cada vez mais crescente de cidadãos excluídos do processo de alfabetização informacional. Surge-nos então o seguinte questionamento: de que forma poderia ser ampliada o acesso ao sistema educativo que pudesse atender as diferentes demandas da população? Como poderíamos capacitar professores para incorporar recursos tecnológicos que iriam se transformar em novas ferramentas para as suas aulas?

Diante destes e outros questionamentos é que podemos verificar que num país como o nosso, de grandes dimensões geográficas, fazem-se necessárias novas políticas públicas que tragam soluções e novas possibilidades de inserção do cidadão ao processo educativo.

Assim, este artigo surge, com o objetivo de analisar o projeto de educação a distância UniRede, que foi integrado às ações do Programa Sociedade da Informação, do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), no Brasil e, em particular, no estado de Sergipe, e como este programa contribui para o desenvolvimento das políticas públicas de ensino à distância, assim como numa alternativa para a democratização das oportunidades educacionais, encurtando distâncias e diminuindo as diferenças entre os que podem e os que não podem frequentar o ensino presencial, oferecendo a população um sistema de ensino aberto, rápido e eficaz que facilite a apropriação do conhecimento e da informação, rompendo as barreiras da distância e do tempo real, sem perder de vista os fins educacionais no processo de formação do sujeito cidadão.

Para dar uma visão geral do tema abordado, o artigo destaca um breve contexto da participação do Estado na discussão sobre a EaD. A seguir, é apresentado um histórico sobre a criação da UniRede, seus objetivos, metas e ações, em nível nacional e, particularmente, no Estado de Sergipe, através da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e, finalizando, algumas considerações relevantes, para os autores, sobre o tema em estudo.

2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) introduziu uma abertura de grande alcance para a política educacional nacional, ao estabelecer que o Poder Público incentivará o desenvolvimento de programas de educação à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, uma vez que, no processo de universalização e democratização do ensino brasileiro, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na

EaD, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral.

Deve-se considerar, também, a contribuição do setor privado, que tem produzido programas educativos de boa qualidade, principalmente, com o avanço das tecnologias de informação e de comunicação, através dos mais recentes processos de utilização conjugada de meios como a telemática e a multimídia. Existem inúmeras iniciativas neste setor, contudo, ainda são incipientes aquelas que concretizam um trabalho em regime de cooperação, capaz de elevar a qualidade e aumentar o número de programas produzidos e apresentados.

O plano nacional de educação do então governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), considerava que a EaD tem função estratégica, ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, pois contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais. (EDUCAÇÃO, s.d.)¹

Também apresenta que as possibilidades da EaD são particularmente relevantes, quando se analisa o crescimento dos índices de conclusão do ensino fundamental e médio. Assim, como é que os cursos à distância ou semipresenciais podem desempenhar um papel crucial na oferta de formação equivalente ao nível fundamental e médio, para jovens e adultos insuficientemente escolarizados.

O Ministério da Educação, nesse setor, tem dado prioridade à atualização e aperfeiçoamento de professores para o ensino fundamental e ao enriquecimento do instrumental pedagógico disponível para esse nível de ensino, tendo em vista o disposto na LDB (Lei nº 9.394/96), que atribui a cada Município e, supletivamente,

ao Estado e à União, a incumbência de realizar programas de formação para professores em exercício, utilizando para isso também os recursos da educação a distância (Art. 87, parágrafo 3º, inciso III), pois espera-se que até o fim da Década da Educação (ano 2006) somente sejam admitidos no sistema de ensino professores habilitados em nível superior ou formados por treinamentos em serviço (Art. 87, parágrafo 4º). (ARAUJO; VERHINE, s.d.)².

Dentre as diretrizes do plano nacional de educação constata-se que a LDB considera a EaD como um importante instrumento de formação e capacitação de professores em serviço. Sendo necessário aproveitar melhor a competência existente no ensino superior presencial para institucionalizar a oferta de cursos de graduação e iniciar um projeto de universidade aberta que dinamize o processo de formação de profissionais qualificados, atendendo as demandas da sociedade brasileira.

Entretanto, as tecnologias utilizadas na EaD não devem se restringir apenas a esta finalidade. Elas constituem hoje um instrumento de enorme potencial para o enriquecimento curricular e a melhoria da qualidade do ensino presencial. Para isto, é fundamental equipar as escolas com multimeios, capacitar os professores para utilizá-los e integrar a informática na formação regular dos alunos.

Segundo Batista³ (s.d.), a educação a distância, sob os auspícios do MEC, foi viabilizada por programas tópicos, numa perspectiva de alcance bastante restrito. Ele diz que, na prática, o MEC apenas forneceu visibilidade social a EaD, assim como a familiarizar uma parcela dos professores com as tecnologias da informação. Também coloca que a sua institucionalização obedeceu a linhas de expansão do mercado educacional mundial, ou seja, que o ensino superior à distância alcança a sociedade civil sob os auspícios da iniciativa privada. Tornando-se, então, refém das forças do mercado.

Em 26/05/93 foi firmado o Protocolo de compromisso assumido pelo MEC e pelo Ministério da Comunicação visando à criação e o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Educação a Distância no Brasil, estabelecido com a participação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

O objetivo principal desse Sistema era catalisar, potencializar ampliar e articular iniciativas isoladas e fragmentadas e o fomento do desenvolvimento de ações cooperativas na esfera da EaD. (EDUCAÇÃO, s.d.)¹.

Assim, diversas iniciativas e programas voltados à educação a distância foram desenvolvidos pelo MEC, entre eles, o TV Escola, o Programa Nacional de Informática na

Educação (ProInfo), o Programa de Formação de Docentes em Exercício (Proformação), o Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância (Paped) e o consórcio Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede), que é o programa em análise neste artigo e o qual, segundo Batista, “[...] representou auspiciosa proposta de expansão do ensino público a distância” (BATISTA, s.d., p. 3)³.

3. UNIVERSIDADE VIRTUAL DO BRASIL - UNIREDE

3.1 HISTÓRIA, AÇÕES E METAS DO PROGRAMA

No final de 1999, aproximadamente 30 professores se encontraram na Universidade Federal de Brasília (UnB) para discutir o que fazer para melhorar o ensino público no Brasil, por meio da Educação a Distância, o que se configurou como o I Encontro da UniRede. Esses representavam 18 universidades brasileiras. Desse encontro resultou a formalização de um Protocolo de Intenções para a criação da Universidade Virtual Pública do Brasil, com a logomarca UniRede para dar a este novo projeto a idéia de uma universidade em rede (BRASIL; UNIREDE, 2003)⁴.

Em 6 de janeiro de 2000, também na UnB, aconteceu o II Encontro do Projeto da UniRede, o qual foi apresentado aos reitores das instituições de ensino participantes e, em audiências públicas, aos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Foi lançado então um manifesto pela criação desta nova universidade, que não teria campus, nem estrutura física, mas estaria em todas as universidades públicas que se consorciassem (BRASIL, 2000)⁵.

Em fevereiro de 2000, no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizou-se o III Encontro, no qual grupos de trabalho se reuniram para estabelecer as ações necessárias à implementação do projeto UniRede. Finalmente, em 12 de abril foram publicadas portarias constituindo duas comissões interministeriais – MEC/UniRede e MCT/UniRede – encarregadas de coordenar o apoio dos ministérios à atuação da UniRede, com definição dos projetos para produção de cursos e instalação da infra-estrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta de milhares de vagas em cursos a distância.

Além dos quatro encontros, o Consórcio Universidade Virtual Pública do Brasil realizou, em julho de 2000, a I Mostra UniRede de Educação a Distância, durante a 52ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Brasília. O projeto da UniRede está integrado às ações do Programa Sociedade da Informação, lançado recentemente pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

E, em 23 de agosto de 2000, data de sua formalização, os ministros da Educação, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações assinaram o Protocolo de Intenção (Termo de Adesão) de lançamento do consórcio, reunindo, essa ‘nova universidade’, nesse momento, 62 instituições de Ensino Superior (IES) entre Universidades Federais, Estaduais e Centros de Educação Tecnológica (CEFET).

Segundo o Termo de Adesão, o objetivo da UniRede é potencializar o acesso ao ensino público universitário, bem como contribuir para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia, Arte e Cultura, em todos os seus níveis e modalidades praticadas nessas IPES (Instituições Públicas de Ensino Superior), por meio da utilização e otimização de recursos humanos, tecnológicos, materiais e de infra-estrutura física.

Por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) concedeu, entre outros auxílios que seriam liberados, bolsas para os pólos operacionais que serviriam de estrutura para garantir o funcionamento da UniRede.

Segundo Paulo Renato Souza (Ministro da Educação, na ocasião),

o programa oferecido pela UniRede vai aproveitar a infra-estrutura e o potencial docente das instituições de ensino, que produzirão cursos em parceria ou isoladamente. De acordo com as características e objetivos de cada um desses cursos, serão utilizadas tecnologias de informação e

comunicação específicas como áudio, videoconferência, material impresso, CD-Rom, Internet (BRASIL, 2000, p. 1)⁵.

Decidiram, também, que o primeiro grande programa a ser desenvolvido seria o de Formação de Professores em Nível Superior, para atender ao disposto na LDB.

Começaram, então, a planejar os cursos de licenciatura necessários, esbarrando, entretanto, no pequeno número de professores das IES com experiência de produzir material para a educação à distância. Por isso, foi preciso desenvolver um curso para capacitação dos professores que estariam produzindo as licenciaturas à distância.

Assim, em outubro de 2000, a UniRede lança o edital de oferta do curso de especialização *lato sensu* de formação em Educação a Distância, coordenado pela Universidade Federal do Paraná / UFPR.

Este curso foi promovido por 10 de suas 62 universidades interligadas. Foram oferecidas 650 vagas distribuídas segundo critérios pouco plausíveis: 45 vagas para profissionais das universidades da UniRede, 10 vagas para profissionais indicados pela SEED/MEC e 10 vagas para profissionais externos.

Foram fixadas taxas iniciais de R\$ 195,00 por módulo, sendo, posteriormente, majoradas para R\$ 400,00. Um ano depois se ampliou o número de vagas para 715 e o valor pago pelas senhas de acesso aos módulos do curso de especialização em Ensino a Distância, para R\$ 450,00 (BATISTA, s.d., p. 5)³.

Um dos principais programas oferecidos pela UniRede foi o Programa de Qualificação Docente (PRODOCÊNCIA), que tinha como objetivo capacitar professores em licenciaturas de 1ª a 4ª séries e em Ciências, tendo em vista que cerca da metade dos educadores brasileiros não possui nível superior. O lançamento dos cursos para séries iniciais (1ª a 4ª) foi no início do segundo semestre de 2000. A meta era qualificar 180 mil professores até o final de 2004. O planejamento foi feito pelo Grupo de Trabalho de Licenciaturas da UniRede. Outros dois Grupos de Trabalho atuavam, respectivamente, no desenvolvimento de cursos de conteúdo mais breve e na Educação Tecnológica (EDUCAÇÃO, s.d.)¹.

Outro programa importante desenvolvido pelo consórcio foi o “TV na Escola e os Desafios de Hoje”, cujo objetivo é capacitar professores de escolas públicas de ensino fundamental e médio, para o melhor uso no cotidiano escolar dos recursos proporcionados pelas tecnologias da informação e da comunicação e da TV Escola, mostrando a necessidade de trabalhar com as tecnologias de forma crítica e criativa, integrando-as no seu cotidiano escolar.

Outra ação realizada foi a criação do Congresso Brasileiro de Educação Superior a Distância (ESuD), que vem sendo realizado anualmente pela UniRede. O primeiro ESuD ocorreu em março de 2002 e foi realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro; o segundo, em setembro de 2003, em Brasília; o terceiro, novamente no Rio de Janeiro em 2004, tendo reunido em média 800 participantes, entre ouvintes e palestrantes. E, de 16 a 19 de maio de 2006, foi realizado o IV ESuD, organizado em conjunto com o CEAD/UnB e promovido em parceria com MEC/SEED.

Essas e outras ações da UniRede são coordenadas pelo Comitê Gestor e pelo Conselho de Representantes da instituição. Conforme está expresso no Termo de Adesão que a criou, o consórcio é gerenciado de forma descentralizada. As diretrizes gerais são definidas em votações do Conselho de Representantes, enquanto o Comitê Gestor é responsável por decisões relativas ao cotidiano dos trabalhos.

Visando um maior dinamismo e interação no desenvolvimento das atividades requisitadas pela rede, em março de 2002, após uma experiência inicial com a constituição de sete Pólos, decidiu-se reduzir o número de pólos, modificando, ao mesmo tempo, a denominação de Pólo para Assessoria.

As Assessorias que estruturam a UniRede são as seguintes: Administração e Comunicação, coordenada pela Universidade de Brasília (UnB), Avaliação, coordenada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Assessoria Didático Pedagógica, coordenada pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). A estrutura do consórcio conta, ainda, com o Conselho Consultivo, que congrega representantes de instituições parceiras.

Na execução dos trabalhos de Educação a Distância, propriamente ditos, os Núcleos representam unidades descentralizadas dos projetos (cursos) em funcionamento. Para ofertar ao público outros programas, há Grupos de Trabalho que desenvolvem propostas específicas.

E, entre as estruturas listadas acima, apenas os Grupos de Trabalho e Assessorias têm sede, ou seja, uma mesma base de atuação para todos os seus membros.

Desde fevereiro de 2003, a UniRede, então com um consórcio de 70 universidades públicas, está passando por uma reformulação, ao se perceber a importância da sua vinculação ao MEC. O processo de reestruturação consistiu, basicamente, na institucionalização do consórcio, ou seja, na criação de uma pessoa jurídica para respaldar programas e ações e na criação de consórcios regionais, cujo objetivo principal era descentralizar as estratégias de EaD e adequá-las às mais variadas realidades do país. Há, também, abertura para a participação das Universidades Particulares.

Paralelamente, na segunda metade de 2003, foi encaminhado ao MEC o Projeto Fundação Universidade Aberta do Brasil (UAB) para ser enviado ao Conselho Nacional de Educação de onde deve seguir ao Congresso (já em forma de Lei), aproveitando a experiência acumulada pela UniRede, a tecnologia e a capacidade já adquiridas, sempre com destaque para as licenciaturas ministradas a distância. A UAB foi criada, então, em 2005 e instituída legalmente através do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.

3.2 Ações no Estado de Sergipe

No ano de 1994, a Universidade Federal de Sergipe (UFS), sintonizada com as significativas influências das novas tecnologias no âmbito educacional e procurando contribuir e melhorar a qualidade de ensino no estado cria o Núcleo de Comunicação e Educação (NUCE), ligado à Pró-Reitoria de Extensão, que tem como objetivo o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e sua utilização no processo educativo.

Em 1996, a UFS, como membro participante no Consórcio Interuniversitário de Educação à Distância (BRASILEAD), prioriza a qualificação de pessoal para atuar na área de comunicação e novas tecnologias, constituindo-se em uma das primeiras atitudes do Plano Institucional de Educação Continuada e a Distância da UFS. Já em 1997 foram indicados dois professores para participar do Curso de Educação Continuada e à Distância, na Universidade de Brasília, então coordenadora do consórcio.

Em 1999 dá-se a criação da Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD), da UFS, que tem como função ampliar a participação de todas as licenciaturas na construção de uma política universitária de EaD. Para a professora Maria Neide Sobral da Silva,

O CEAD se propunha à implantação de programas de cursos de capacitação, atualização e especialização em parcerias com a Secretaria de Educação do Estado, Municípios e Escolas Técnicas e entidades educacionais da sociedade civil, aproximando professores e alunos de diferentes níveis de ensino ao universo conceitual das linguagens audiovisuais e informática, dando-lhes condições para uma abordagem crítica desses instrumentos e, ainda, integraria alunos de diferentes licenciaturas da UFS, democratizando o acesso ao conhecimento de uma forma crítica e criativa (SILVA, 2003, p. 2)⁶.

Assim, uma das primeiras iniciativas do CEAD/UFS foi à organização e realização do “I Seminário de Educação à Distância da UFS”, que se realizou no período de 13 a 14 de outubro de 1999, no qual se tratou de um momento singular para expor a comunidade em geral a importância de se trabalhar com as novas tecnologias e o provável resgate da EaD como forma privilegiada de democratização do conhecimento (UFS, 1999)⁷.

A participação da UFS como membro da UniRede só veio a acontecer em agosto de 2000, quando na oportunidade o reitor professor Dr. José Fernandes de Lima, assinou o termo de adesão e indicou, como representante do consórcio, o CEAD. No ano de 2001, o CEAD conseguiu trazer o primeiro curso de capacitação, através da UniRede e em parceria com a Secretaria Estadual da Educação, que foi o Curso TV Escola e os Desafios de Hoje.

Segundo relato da professora Maria Neide Sobral da Silva,

o primeiro curso foi realizado com extrema dificuldade, pois a UFS era adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, cuja comunicação foi extremamente difícil e não dispunha de recursos financeiros, porém, mesmo com um alto número de evasão, o programa começou a fomentar a importância do Programa TV Escola no Estado (SILVA, 2003, p. 3)⁶.

Em 2002, já com um núcleo independente, a segunda turma do Curso TV Escola e os Desafios de Hoje conseguiu melhores resultados, mas, somente na terceira turma, foi possível ter condições básicas mínimas para o desenvolvimento do curso.

Quanto às ações voltadas ao ensino superior a UFS teve duas experiências, através da Unirede, em nível de cursos de especialização. Uma, realizada pelo Departamento de Enfermagem, no Curso de Formação em Educação Profissional na Área de Saúde, no ano de 2002, e a outra realizada com o CEAD, no ano de 2004, no Departamento de Agronomia, com o curso de Engenharia de Irrigação Pressurizada (ARAUJO, 2005)⁸.

Desde 2003 a UniRede passou por uma reestruturação, sendo, então, encaminhado ao MEC o Projeto de Fundação da Universidade Aberta do Brasil, que, atualmente, representa a mais nova ação de política pública em EaD. A UFS, sob esta nova ação, está projetando para o ano de 2007, através do CEAD, cursos de graduação à distância nos municípios do Estado de Sergipe.

4. CONCLUSÕES

Como se viu, um dos principais desafios a ser enfrentado para superar atrasos econômicos e sociais, no mundo contemporâneo, é a democratização do acesso à educação e, principalmente, ao ensino superior. É visível a crescente demanda por educação superior e continuada, então, frente à oferta insuficiente de atender a demanda reprimida, assim como da disponibilidade de novos processos educacionais, baseados nas novas tecnologias de aprendizagem, a Educação a Distância se apresenta como uma saída viável para a ampliação do acesso a universidades públicas.

Contudo, percebe-se que as questões relacionadas com a oferta de ensino presencial fazem com que a Educação a Distância passe por dificuldades para sua implementação, nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) brasileiras, conforme coloca Martins:

Questões relativas ao financiamento do ensino superior público, dificuldades de contratação de professores, ausência de infra-estrutura tecnológica e outros pontos que envolvem a complexidade da oferta de ensino mediatizado por material impresso, material multimídia, canais de TV e rádio retardam a adoção da EAD como forma de ensino-aprendizagem com potencial de oferta em grande escala no ensino superior brasileiro. Porém, não se trata apenas de oferta industrial de ensino, mas de ensino de qualidade, com possibilidades de troca interativa de idéias, conceitos, saberes e conhecimentos entre professores-tutores e cursistas e entre os próprios cursistas (MARTINS, 2006, p. 87)⁹.

Acredita-se que a criação de consórcios nacionais entre IPES, como o da UniRede, foco deste estudo, é um passo bem sucedido para a institucionalização e acessibilidade da EaD no país, tendo em vista que projetos como esse sirvam de iniciativas ao estabelecimento de políticas públicas de fomento à EaD.

Contudo, essa visão positiva diante dos incentivos das políticas públicas em EaD não se faz somente com o exercício de uma vontade política, mas com a implantação de cursos que requerem recursos especiais, profissionais competentes, uma metodologia de ensino diferenciada e, sobretudo, através de políticas públicas responsáveis. Entretanto, o Brasil é um país no qual as promoções de ações públicas são originárias de políticas governamentais, sustentadas durante o período de atuação de um governo estabelecido, o que nos remete a ausência de uma continuidade dos programas estabelecidos, estejam esses apresentando resultados positivos ou não.

Assim, durante o desenvolvimento deste estudo, percebeu-se a ausência de ações continuadas pela UniRede, seja em nível nacional ou regional, assim como da apresentação de resultados confiáveis sobre os programas implantados e desenvolvidos por este consórcio. Na realidade, o sentimento que fica é que este não existe mais, sendo substituído por outras ações de políticas públicas, que apresentam o mesmo objetivo. Essa descontinuidade interfere no objetivo principal da implementação dessas ações, que é o avanço do ensino público além das distâncias geográficas, promovendo assim, o desenvolvimento humano, a consciência cidadã e a ampliação das oportunidades de crescimento para os locais mais isolados e distantes do país.

1. *EDUCAÇÃO a distância e seu impacto nas políticas educativas*. s.d. Disponível em: <<http://www.cori.unicamp.br/foruns/tecno/evento8/educacao%20a%20distancia.ppt>>. Acesso em 01 jul. 2006.
2. ARAUJO, Bohumila; VERHINE, Robert E. *O papel de avaliação na EAD: a experiência avaliativa do Nave/ISP/UFBA e da Assessoria de Avaliação da Unirede*. s.d. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/nordeste/downlaad/milaverhine.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2006.
3. BATISTA, Wagner Braga. *Unirede: vetor da privatização do ensino superior*. s.d. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/wagnerbragabatistat11.rtf>> Acesso em: 05 jul. 2006.
4. BRASIL. MEC/Secretaria de Educação Superior; UNIREDE. *TV na escola e os desafios de hoje: guia do curso de extensão para professores do ensino fundamental e médio da rede pública*. Leda Maria Rangeloro Fiorentini e Vânia Lúcia Quintão Carneiro (Coord.). 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
5. BRASIL. MEC/Secretaria de Educação Superior. *Brasileiros podem fazer curso superior à distância*. Notícias, ago 2000. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasId.asp?Id=220>>. Acesso em: 06 jul. 2006.
6. SILVA, Maria Neide Sobral da. *Relatório de atividades desenvolvidas no CEAD*. Aracaju, SE, 2003.
7. UFS. *Projeto de implantação da coordenadoria de educação à distância (CEAD)*. Aracaju, SE, 1999.
8. ARAUJO, Maria Inês Oliveira. *Relatório para seminário regional de ensino superior à distância*. Aracaju, SE, 2005.
9. MARTINS, Luiz Roberto Rodrigues. *Educação superior à distância no Brasil: uma construção consorciada e em rede*. Liinc em Revista, v.2, n.1, p.86-102, março 2006. Disponível em: <<http://www.liinc.ufrrj.br/revista/index-revista.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2006.